

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 195.^a Sessão Ordinária
Realizada em 21 de Outubro de 1971 - (5.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quietse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federman, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Belinati, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Francisco Escorsin, Lázaro Dumont e Muggiati Filho (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito seja feita chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.^o Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados, solicitada pelo Nobre Deputado.
(é feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 28 Srs. Deputados. Há número legal para o prosseguimento da sessão.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS

Sob o n.º 116-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver em data de 1.^o do mês próximo passado, SANCIONADO os Projetos de Lei no.s:

33-70: Do Senhor Deputado IGO IWANT LOSSO, que declara de Utilidade Pública o Círculo Cultural de Cantores Brasileiro-Germânico "Harmonia", com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.221. — Agradeça-se.

243-70: Do Senhor Deputado ARTHUR DE SOUZA, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Santa Mariana, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.222. — Agradeça-se.

Sob os n.os 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123 e 125-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei seguintes:

140-70: Do Senhor Ex-Deputado ABRAHÃO MIGUEL, que visa sobre a doação, à Prefeitura Municipal de Astorga, de uma motoniveladora marca Adama. — A C.C.J.

231-70: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.o 27-71, que visa a obrigatoriedade à inscrever-se na repartição a que se jurisdicionaram os produtores ainda não inscritos como contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM. — A C.C.J.

126-70: Do Senhor Ex-Deputado ARNALDO BUSATO, que visa autorizar o Poder Executivo a doar Cr\$ 50.000.00 (cincoenta mil cruzeiros), à Associação do Instituto Nacional e Assistencial "Santa Cruz", do Município de Capanema, destinado a manter e administrar os cursos secundários de 1.o ciclo ginasial e 2.o ciclo colegial. — A C.C.J.

286-70: Do Senhor Ex-Deputado Luiz Renato Malucelli, que visa doar ao Município de Foz do Iguaçu um imóvel constituído de parte do lote número cinquenta e dois (52). — A C.C.J.

116-70: Do Senhor Ex-Deputado Estadual Arnaldo Busato, que visa doar ao Município de Toledo, uma motoniveladora marca "Huberwarco". — A C.C.J.

82-71: Do Senhor Deputado JOÃO LEOPOLDO JACOMEL, que visa autorizar o Poder Executivo a criar na sede do Município de Palotina, um Colégio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

49-71: Do Senhor Deputado PAULO POLI, que visa acrescentar a art. 131, da Lei n.o 5.871, de 6 de novembro de 1968, parágrafo assegurando ao ocupante do cargo de Professor o direito de optar, na aposentadoria, pelos vencimentos de cargo em comissão que tenha exercido por mais de um (1) ano ininterruptamente, ou por mais de três (3) com interrupção. — A C.C.J.

172-70: Do Senhor Ex-Deputado Estadual ARNALDO BUSATO, que visa conceder uma pensão mensal à Dolores Vieira. — A C.C.J.

Sob o n.o 191/GD, do Senhor Engenheiro Horário Madureira, Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, prestando esclarecimentos em atenção ao Requerimento do Senhor Deputado JOSÉ MUGIATTI FILHO — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.os 220-71, 221-71, 243-71, 244-71 e 246-71.

— De autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.o 14-71.

— De autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, solicitando Dispensa de Publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n.o 232-71.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de louvor ao Excelentíssimo Senhor Professor Haroldo Souto Carvalho, digníssimo Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, pelo pronto atendimento às Inspetorias Regionais de Ensino do Estado, com a entrega de mimeógrafos elétricos e máquinas de escrever, através da Divisão de Material daquela Secretaria D'Estado.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1971.

(a) — João Mansur.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de

hoje, um voto de congratulações ao Chanceler WILLY BRAND, da República Federal da Alemanha, que acaba de ser agraciado com o Prêmio Nobel da Paz de 1971, "pela sua contribuição fundamental para o desenvolvimento da paz mundial".

Como é sabido, o governante da República Federal da Alemanha, muito esforço tem feito para que haja um entendimento político de aproximação Oriente-Occidente, visando os grandes objetivos comuns da humanidade e a sua própria preservação.

Ao receber o mais alto laureal do mundo, o Chanceler projeta uma vez mais, a atuação decisiva da República Federal da Alemanha, na tese da compreensão entre os povos defendida pelo país amigo.

Requerido, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência ao Cônsul da República Federal da Alemanha em Curitiba, Dr. Roland Zimmermann, para que S. Exa., dê conhecimento oficial do presente, ao governante daquela nação.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1971.

(a) — Igo Losso

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja dirigido apelo ao Excelentíssimo Sr. Diretor-Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. no sentido de autorizar a instalação de uma Agência do referido estabelecimento bancário na sede do Município de Miraselva, atendendo ao fato de que ali não existe representação de qualquer estabelecimento de crédito.

Justifica-se a medida, de vez que ali funcionam 6 máquinas de beneficiar café e 2 serrarias, assim como outras organizações comerciais. Acresce, ainda, a circunstância de que Miraselva constitui-se em centro-chave de comércio.

É de ressaltar-se que a Agência bancária mais próxima está sediada em Jaguapitã, a 25 quilômetros de distância. Fácil, portanto, aquilatar-se dos contratempos muitos criados por esta ausência que a presente proposição pretende corrigir.

Sala das Sessões, 21/outubro/1971.

(a) — Xenofonte Villanueva

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais Requerem a Vossa Excelência, que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Deutor Mário Penteado de Faria e Silva, Presidente do Instituto Brasileiro do Café, que no Estado do Paraná, em plena safra de café, não há mais armazéns gerais particulares e de cooperativas para depósitos de cafés beneficiados, provocando problemas graves no armazenamento.

Cafeicultores alarmados por falta de armazéns, causando paralisação na comercialização no interior, e provocando baixa violenta no preço pago ao cafeicultor.

Por essas razões, sugerimos a V. Exa. as seguintes medidas:

1.º — Que sejam colocados os armazéns do IBC, que estão vazios ou com espaço disponível, à disposição dos cafeicultores, das cooperativas, dos maquinistas e dos armazéns gerais, para recebimento em depósito ou em consignação ao IBC ou aos Armazéns Gerais;

2.º — Que essa mercadoria depositada nesta emergência, nos armazéns do IBC continue recebendo os financiamentos necessários para evitar paralisação do mercado cafeeiro;

3.o — Ou outras soluções que Vossa Excelência julgar eficiente para a solução desse grave problema.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1971.

(aa) **Hélio Manfrinato**

Antônio Maciel

Gilberto Carvalho

REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente Requer seja enviado ofício ao Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, solicitando a instalação de uma Agência de Rendas do Distrito de Vila Alta no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1971.

(a) — **Marciano Baraniuk**

JUSTIFICATIVA:

O referido Distrito de Vila Alta no Município de Umuarama, arrecada em média mensal de 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), e não possui agência de Rendas, tendo seus contribuintes que se dirigirem até a sede do Município, que dista aproximadamente 60 quilômetros, para efetuarem suas contribuições, perdendo assim dias de trabalhos e acarretando, ainda despesas de viagem, etc...

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem a V. Excelência, após ouvido o Plenário, que a Assembléia Legislativa, através da 1.a Secretaria, faça, ainda hoje, um telefonema oficial, no seguinte teor:

Excelentíssimo Senhor Mário Penteado de Faria e Silva.

PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ.

RIO DE JANEIRO — GUANABARA

Comunicamos V. Exa. que no Estado do Paraná, todos os Armazéns Particulares, das Cooperativas, dos Maquinistas e das Companhias de Armazéns Gerais, estão super lotados de café, não havendo mais armazéns disponíveis.

Cafeicultores alarmados com o colapso imediato de comercialização do café, em plena safra, por falta de armazéns, através da Assembléia Legislativa sugerem a V. Exa. as seguinte providências urgentes:

Senhor Presidente:

1.a — Que sejam colocados os armazéns do IBC que estão vazios ou com espaço disponível, à disposição dos cafeicultores, das cooperativas, dos maquinistas e dos armazéns gerais, para recebimento em depósito ou em consignação ao IBC ou aos Armazéns Gerais;

2.a — Que essa mercadoria depositada nesta emergência nos armazéns do IBC continue recebendo os financiamentos necessários para evitar paralisação do Mercado cafeeiro.

3.a — Ou outras soluções que Vossa Excelência julgar eficiente para a solução desse grave problema.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1971.

(aa) **Hélio Manfrinato**

Antônio Maciel

Gilberto Carvalho

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador Haroldo Leon Peres, no sentido de que determine providências junto à Secretaria de Educação e Cultura para que

sejam corrigidas distorções na execução do programa de Ensino Primário e do Ginásio Agrícola no distrito de Entre Rios, (Guarapuava) na área da Cooperativa Central Agrária Ltda.

Esta Cooperativa praticamente mantém 551 alunos nas Escolas de "São Domingos Sávio" (Vitória), Rural Jordãozinho, Rural Cachoeira, Rural Socorro, Rural Samambaia, Grupo Escolar de Vitória e Ginásio Agrícola "Imperatriz D. Leopoldina", com um dispêndio mensal de Cr\$ 16.145,54 referentes a salários pagos a 28 professores que lá lecionam. Enquanto isto, a Prefeitura paga desses salários apenas Cr\$ 730,80 e o Governo do Estado Cr\$ 1.949,75.

Afora isto, a Cooperativa ainda paga mensalmente Cr\$ 522,00 a dois funcionários (Escola Vitória), se encarregando da manutenção dos prédios escolares, do transporte dos alunos para as escolas, das contribuições previdenciárias e outras despesas referentes aos salários dos professores, além do material escolar.

Estes encargos financeiros estão acarretando sérias dificuldades ao programa da Cooperativa, daí a razão dêsse apêlo o Chefe do Executivo, para o reestudo da questão.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apêlo ao Excelentíssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que determine providências, a fim de que sejam construídos Grupos Escolares nas localidades de Samambaia, Jordãozinho, Vitória, Socorro e Cachoeira, no distrito de Entre Rios, no Município de Guarapuava.

Esta solicitação prende-se às dificuldades encontradas, atualmente, pelos menores em idade escolar, para realizar o Curso Primário. Na falta desses estabelecimentos, muitos deles têm de se deslocar para outros distritos ou, então, para a própria cidade de Guarapuava, fato que está acarretando uma série de contra-tempo, principalmente para os pais que são lavradores.

Por outro lado, solicita de Vossa Excelência, estudos objetivando a contratação de uma professora para a Escola de Taguá, em Guarapuava, que poderia ser efetuada em convênio com a Prefeitura Municipal. No momento, aquela Escola não está funcionando por falta de uma professora.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que designe um representante deste Poder, para participar das festividades alusivas ao trigo, a serem comemoradas de 25 a 30 do corrente, na cidade de Guarapuava, nas quais estarão presentes altas autoridades federais, estaduais e municipais.

Sala das Sessões, em 21/10/71.

(a) — Nivaldo Krüger

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 250-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir o Colégio Estadual de Entre Rios, no Município de Guarapuava.

Art. 2.º — As despesas decorrentes desta iniciativa correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger

JUSTIFICATIVA:

Entre Rios é um progressista distrito rural no Município de Guarapuava. A sua população, quase toda, se dedica à lavoura, cuja produção atinge um dos maiores índices de nosso Estado. No referido distrito não há, até agora, um Colégio razão pela qual os estudantes têm de se deslocar até a cidade de Guarapuava para conseguir este ensino. A construção de um Colégio, além de facilitar o estudo para os jovens, terá o condão de evitar o êxodo rural, e ao mesmo tempo, retribuir de forma direta, a grande colaboração emprestada pela população aos cofres públicos.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Somente hoje retorno à Tribuna, depois de haver sofrido, como é do conhecimento da Casa, um dos duros tranques que a vida oferece. E não poderia deixar de fazê-lo, e se não o fiz até agora, foi porque as condições emocionais não me permitiram de agradecer, a esta Casa, que através da palavra do Deputado Armando Queiroz, deixou consignado nos Anais, o seu sentimento de pesar pelo infausto falecimento do meu saudoso irmão Luiz Losso Filho, Juiz de Direito, da Comarca de Loanda. Quero expressar, em nome da minha família, o meu reconhecimento a este ato oficial e também ao Requerimento que aqui foi votado pelos nobres Pares, bem como aos seus subscritores, a todos aqueles que compareceram à minha residência, que estiveram a nosso lado nos dando apoio moral com as suas presenças, com as suas palavras, com os seus abraços. Quero que isto fique consignado, porque não seria justo que esta Casa, tendo expressado a sua manifestação, não recebesse da nossa parte, retribuição a que fazemos neste instante, para que fique registrado nos Anais históricos da Casa. Durante as diligências e atividades referentes ao caso, pudemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conhecer a fundo, a estrutura policial de nosso Estado. Dentro de alguns dias, faremos um pronunciamento nesta Casa, analisando pormenores não um sentido individualista ou particular, mas analisando a Polícia como um organismo que vive, para proteger a sociedade. Confessamos que durante este tempo, estivemos não só em Curitiba mas em outros lugares, em contato com a nossa Polícia e pudemos tirar as nossas conclusões como homem público.

Este subsídio, nós pretendemos trazer à Casa para que aqui nós, em conjunto, possamos realizar o nosso trabalho com a consciência também daquilo que se processa nos bastidores. A outra razão pela qual aqui compareço, é para traduzir a minha satisfação e contentamento por um fato que ocupa as manchetes da nossa imprensa internacional, e como já tivemos oportunidade de ouvir, pelo Requerimento que enderecei à mesa Srs. Deputados, acaba de ser agraciado com o Prêmio Nobel da Paz para 1971, o Chanceler Willy Brandt, da República Federal da Alemanha. S. Exa. tem adotado sob o ponto de vista internacional, uma posição política das mais controvertidas, desde o aspecto que ela procura concretizar com a unificação das chamadas duas Alemanhas, como também pelo aspecto de reconciliação e entendimento que ela procura traçar entre as duas grandes correntes internacionais, que são expressas pelo Oriente e pelo Ocidente. Assim é que, representando nesta Casa uma parcela da etnia germânica que sempre me tem prestigiado é que eu aqui compareço para prestar ao povo alemão, ao seu Líder, ao seu Governo, a minha homenagem e solicito a esta Casa que esta homenagem seja expressa em nome de

todos, para que S. Exa., como tantos outros homens públicos que estão em evidência no nosso mundo, possam continuar este trabalho de pacificação e entendimento entre a humanidade, porque só assim haverá a preservação de todos os ideais e só assim haverá a preservação da própria vida humana. Agradeço aos nobres Srs. Deputados a atenção a estes meus dois pontos de vista que expressei, retomando assim a minha atividade normal nesta Casa. — (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Antes porém, tenho o prazer de anunciar a presença honrosa neste Plenário do Sr. Prefeito Municipal de Assis Chateaubriand.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns dias, desta Tribuna, no encaminhamento da votação de requerimentos dos Srs. Deputados, eu me permiti a liberdade de fazer uma afirmação que continha um pouco do idealismo que todos nós acalentamos no sentido de procurar solucionar um dos problemas, talvez o mais angustiante para o interiorano, que tem as suas culturas a mercê do bom tempo e quando intempéries surjem se vê totalmente a descoberto de qualquer possível ressarcimento que o possibilite restaurá-la em tempo hábil e com isso manter e prover a família com o indispensável para a sua sobrevivência.

Havia afirmado ter conhecimento que no Estado de São Paulo se está aplicando, com relativo sucesso uma legislação do seguro agrário e que pretendia a curto prazo, trazer para conhecimento dos Srs. Deputados subsídios que nos capacitassem estudar a possibilidade da implantação do seguro agrícola também no Paraná, resolvendo, quem sabe mesmo paulatinamente, um dos mais angustiantes problemas vividos pelos nossos agricultores. Recebi de amigos paulistas, toda a legislação que trata da instituição do seguro rural implantado, como disse em caráter experimental em São Paulo, com as resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados.

Analisando-se também a documentação que acabo de receber, resolução do Ministro Marcos Vinicius Pratini de Moraes, que é também o Presidente Nacional de Seguros Privados, observamos que é possível a instituição do Seguro Agrícola, desde que nós tenhamos condições de implantar no nosso Estado; mas para tanto, teremos que requerer à rede bancária estatal e particular. Além de contarmos com uma estrutura ampliada das nossas companhias seguradoras.

E Srs. Deputados, um anseio que pretendemos trazer desta Tribuna, para no debate do assunto, verificamos a conveniência de que o Governo do Estado estude a possibilidade de que se institua no Paraná, mesmo na forma de entidade para-estatal, um órgão encarregado de gerir o seguro agrícola.

Da documentação que recebemos, observamos que a Resolução 5.70, do Conselho Nacional de Seguros Privados, dá possibilidades e mostra a conveniência da implantação no Paraná deste seguro, nos moldes como já disse, adotados em São Paulo. Há de se afirmar que esta Resolução prevê o seguro obrigatório quando objeto de seguro, esteja vinculado a uma operação de crédito rural; a legislação neste sentido não poderia jamais fugir desta regra, mesmo porque os estabelecimentos creditícios teriam para si as garantias da vinculação do seguro, no caso da sua distribuição, desde que aquela cultura tenha sido por qualquer estabelecimento de crédito financiada.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Ivo Tomazoni, louvo V. Exa. por este propósito, já foi anunciado aqui desta mesma Tribuna há tempos atrás, introduzir no Paraná o Seguro Agrícola. De fato mais do que uma necessidade, eu acho que este é um assunto de todos nós, sobretudo daqueles que, como nós vivemos dia.

riamente em contacto com a agricultura e com seus problemas. Entretanto, estes problemas do Seguro Agrícola já foram no passado objeto de longos estudos e se instituiu neste País a Companhia Nacional de Seguros Agrícolas que foi extinta posteriormente por não ter condições de fazer frente às obrigações assumidas.

Sobre o seguro a que V. Exa. se refere, seguro obrigatório, quando se refere a contratos firmados com estabelecimentos oficiais de crédito, gostaria de dizer a V. Exa. que a experiência mostrou que é um seguro feito única e exclusivamente no interesse das entidades de crédito e jamais no interesse daqueles que contraem os empréstimos.

Veja V. Exa. que jamais seguram a lavoura contra intempéries, contra chuvas de granizo. Seguram contra incêndio em pé. Se já foi colhida a lavoura, armazenada e ocorre o incêndio, não estará mais coberto o sinistro. Gostaria de ressaltar a V. Exa. que o Seguro Agrícola, como disse, é uma necessidade, é um sonho de todos nós, desde que dê cobertura a sinistros decorrentes de chuvas de granizo, geadas, porque, na verdade, estes é que dizimam a lavoura dos colonos. Já temos assistido que estes seguros, quando transferidos para as Companhias privadas, elas os fazem somente naquilo que não ocorre. Precisamos introduzir o Seguro Agrícola, feito o estudo e patenteadada a viabilidade, a possibilidade do ressarcimento do segurado. Precisamos elaborar este Instituto também para atender aos sinistros decorrentes dos fatores climáticos a que assistimos anualmente e que são os que mais prejudicam as lavouras do Estado. Gostaria que V. Exa. me informasse, se fôr discutir mais demoradamente o assunto, e uma vez que desconheço o sistema de Seguro Agrícola posto em prática em São Paulo, se abrange os sinistros a que me referi. Era o aparte.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço a intervenção de V. Exa. mesmo porque no início eu havia afirmado o desejo de que do diálogo pudéssemos descortinar condições de viabilidade na aplicação de uma legislação desta natureza.

Observei, da documentação que recebi, que há dois tipos de seguro propostos. Num deles, nobre Deputado, inclui-se o seguro também contra geada, granizo, seca, além daqueles mais corriqueiramente citados em todos os moldes de apólices de Seguro Rural, que são os incêndios em consequência de raios, vendavais, os mais difíceis de ocorrerem em regiões desmatadas. Estive a procurar o resumo que trata exatamente das ocorrências, aquelas contra as quais a cultura deve estar segura e verifiquei no manuseio que fiz nos últimos dias, que consta realmente também o seguro no âmbito da cobertura de riscos cobertos destas calamidades. Se não vejamos. Por exemplo, uma das apólices "não responderia pelos prejuízos decorrentes direta ou indiretamente de vícios intrínsecos — má qualidade, mau acondicionamento ou desgaste por transporte de determinada mercadoria, ação deprecatória de animais". Isto estaria envolvido na falta de cuidado do lavrador em manter cerca em pé etc. "Inundação, alagamento ou qualquer dano causado por água, umidade, mofo, perda de substância de aquisição, salvo se em consequência do risco coberto pela apólice".

Já em se tratando do armazenamento, quando feita a emissão de "warrant" para levantamento de determinada importância, dentro da política de preços mínimos implantada no País.

Agora, Sr. Deputado, as importâncias seguradas dentro dos quadros progressivos, passíveis de ressarcimento, numa lavoura de trigo, quanto deve ser arbitrado o seu valor, quando destruída, se no primeiro, no segundo, ou no terceiro mês, quando há a condição do replantio, e se está incluída a aração, ou tão somente a semeadura, a mão de obra. São detalhes que procuramos abordar e que eu pretendia, neste primeiro pronunciamento, com estes dados na mão, provocar, para, despertando o interesse dos Srs. Deputados, ver o que poderá a Assembléia Legislativa fazer nesse sentido.

Veja, V. Exa., por exemplo, numa apólice de Seguro Rural, condições

particulares aplicáveis à cultura de algodão, e depois de outras culturas. "Considera-se riscos cobertos pelas presentes condições particulares etc., os prejuízos causados à cultura segurada, decorrentes de: a) incidência direta de incêndio, chuvas excessivas, geadas, trombas d'água, secas, granizo, ventos frios (o que, em última análise se chama, na minha região, de geada preta), ventos fortes e, em geral, qualquer fenómeno meteorológico".

Ainda "doenças, se métodos de combate defendidos pelas autoridades competentes, desde que determinada praga infeste determinada cultura, e as autoridades ainda não tenham, para o combate daquela praga, divulgado qualquer inseticida, ou ervicida, ou qualquer produto que possa combater".

Ainda contra praga, ressaltar o que já frisei na alínea anterior, e que faz menção a aves, e outros animais. Lembro-me, com muita tristeza, dos ataques devastadores das ondas de gafanhotos, aqui nas lavours do Paraná e nas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na década de 40 a 50. Não será este o caso de hoje.

Há também os riscos não cobertos para cada tipo de cultura. Então dei, aqui, alguns dos riscos cobertos para o seguro do algodão. Para a cultura do arroz, cobre os riscos todos, por exemplo, também de incêndio, chuvas excessivas, geadas, trombas d'água, granizo, secas etc..

Da batata inglesa, também os prejuízos cobertos na incidência direta de chuvas excessivas, incêndio, geadas, trombas d'água, granizo, secas, ventos frios, etc..

A cultura do café muito embora o seguro esteja muito mais elevado, mas os riscos não cobertos estão numa escala bem ascendente, porquanto o seguro não abrange riscos, por exemplo, da infestação generalizada de acaro vermelho, besouro, bicho mineiro, broca do café, caramujo, cigarra e, quero crer, hoje, também contra a ferrugem e de lá para cá. Não sei se também para a cultura de cítricos. A cultura de feijão é a que nos diz respeito e mais de perto.

"Riscos cobertos — Consideram-se riscos cobertos pelas presentes condições particulares, os prejuízos causados à cultura segurada, decorrente da incidência direta de incêndios, chuvas excessivas, trombas d'água, granizo, ventos frios, ventos fortes, geada e em geral qualquer fenómeno meteorológico".

Em São Paulo consideraram viável o seguro também do feijão, numa das economias talvez principais de nossa região, embora se fale também em seguro da mandioca, da mamona, cultura do milho, que também estaria assegurada contra as mesmas incidências de condições extemporâneas, de geadas, granizo, chuvas fortes, etc., com venda também de apólices de seguro para soja, trigo e outras culturas.

Quero crer que este ensaio preliminar haverá de nos ensinar um estudo mais sério do problema. Todavia, as conclusões a que nós chegamos, estudando com pouco tempo, é verdade, a matéria, nós deduzimos que se fôsse permitido pelo Ministério responsável, que no caso é o do Ministro Marcos Venicius Pratini de Moraes, aos Governos dos Estados, — sem que isso signifique concorrência desleal às companhias seguradoras, — constituiriam uma entidade seguradora estatal, ou para estatal, para gerir os fundos do seguro agrícola. Alguém haverá de perguntar, de onde haverão de provir os recursos, à conta do fundo agrícola, que dê disponibilidade para ressarcimento imediato e compensador aos lavradores atingidos. Sabemos que só na venda das sementes selecionadas, poderíamos fixar a incidência de um percentual, que acrescido do seu valor, seria levado a crédito do Fundo Rural.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Primeiramente, nobre Deputado, no que diz respeito a esse aspecto da concorrência com as Seguradoras particulares, creio que elas não se importariam, uma vez que esse seguro é tão oneroso que elas jamais resolveriam fazê-lo, colocá-lo em prática. Por outro lado, esse aspecto do seguro da semente selecionada, ele é um seguro que vem sendo pôsto em prática, se não estou equivocado, no Rio Grande do Sul, pois as sementes de trigo adquiridas

para plantio no Sudoeste do Paraná, em grande parte, vinham com certificado de seguro fornecido pelas Cooperativas gaúchas que as vendiam à nossa região. Entendo que nenhuma Companhia Seguradora, mesmo para-estatal, teria condições de arcar com o onus das indenizações devidas por sinistros decorrentes de geadas e fatores climáticos no Paraná. Talvez São Paulo, a lavoura de trigo não é muito deesnvolveida. É uma lavoura que de ano para ano tem, 30 ou 40% pelo menos, sua produtividade reduzida por esses fatores, aqui no Paraná, sobretudo na nossa região. Entendo que deveríamos procurar o plano exequível para o Estado do Paraná.

Acho que se lográssemos fazer o seguro, apenas dando como indenização, devolvendo a importância paga pelas sementes selecionadas, estaríamos fazendo uma grande coisa, porque eu tenho notado que, no momento, a maior reivindicação dele é esta: gastei dinheiro para adquirir a semente, tenho que adquiri-la para o próximo ano e a minha lavoura não deu!

Então, se nós conseguíssemos devolver ao agricultor o preço da semente, estaríamos atendendo dentro de uma realidade exequível ao principal interesse da agricultura, em nosso Estado.

Agradeço a V. Exa. o aparte, e fica aqui também a sugestão para o debate da matéria.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Deputado, estou verificando que da Resolução 5/70, ela foi consequência de um estudo exaustivo realizado por um grupo de trabalhos do Estado de São Paulo, do qual participaram elementos das Companhias de Seguros do Estado de São Paulo, do Banco do Estado de São Paulo, da Secretaria da Agricultura, da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, além de outros técnicos de Administração, daquele Estado. Quando o Sr. Ministro resolveu baixar esta Resolução, ele fez vários estudos. E realmente V. Exa. tem razão, porque a Resolução, se ficasse na forma de caráter experimental desta modalidade de seguro, eu quero crer que se deve o cuidado para que não se compromettesse os Governos, o Federal e o Estadual, através de uma legislação agrícola, quem sabe financeiramente quase insustentável em ser mantida. Mas a notícia que nós temos recebido, de homens com vivência na legislação de São Paulo e ainda ontem eu me permitia o prazer de falar pelo telefone com o 1.º Secretário da Assembleia de São Paulo e ele me afirmava de que, hoje, o Fundo de Seguro Rural em termos de depósito bancário era enorme, e de que, com aqueles recursos, o Fundo de Seguro já estava até financiando a aquisição de tratores, a longo prazo, a juros baixos, a agricultores paulistas.

Então me parece que até certo ponto passou a ser um bom negócio, admitindo-se que a Café do Paraná, por exemplo, que vende milhares de sacas de sementes selecionadas de determinada cultura num centro, possa onerar aquela semente a 5% do seu valor, recolhendo esta importância à conta do Seguro Agrícola. Não sei se a experiência é válida, mas quero crer que 1,2% da cultura talvez possa ser atingida por um fenômeno climático, com destruição total.

Temos assistido na nossa região, por exemplo, que o granizo, todos os anos se abate sobre determinada faixa da região; um ano, mais a Leste, outro ano mais ao Norte, ao Sul, sempre numa faixa de alguns metros de extensão, no correr de 30 a 40 kms. e não passa disso. E observamos, pelos quadros demonstrativos aqui, de que o valor dos custos diretos, das culturas periódicas e das despesas anuais de manutenção das culturas permanentes, cobradas pelas companhias seguradoras, elas estão na ordem de 2,5%. E quando a lavoura é destruída dentro de um período que lhe permita ainda o replantio, porque nós temos, por exemplo, se o trigo na nossa região vier a ser destruído, agora não há mais tempo, quer dizer, capacidade física, tempo físico para o replantio, porque já fugimos da época do seu plantio. Se observarmos o plantio do trigo, plantado quase que com sementes precoces, em abril, se esta cultura tivesse sido destruída em fins de maio, nós ainda poderíamos replantar no começo de junho e aproveitar a mesma terra lavrada

com as mesmas condições de clima para a colheita que se faz no mês de novembro e dezembro.

Então quero crer, nobre Deputado, que a matéria realmente pode ser complexa, mas podera representar sem dúvida nenhuma, importância vital para a economia de nosso Estado. Ela merece, desta Assembléia Legislativa, um cuidado todo especial na manipulação dos elementos que nós temos. Antes de deixar esta Tribuna, quero sugerir à Presidência e aos Srs. Deputados, que se for o caso, esta Assembléia promova um fóro de debates em torno do assunto, trazendo para este Plenário autoridades "experts" no assunto, quer venham de São Paulo, Rio Grande do Sul ou do Governo Federal, e que nos possibilitem conhecimentos mais profundos, para que possamos tratar do problema com maior objetividade.

Tem o aparte o Deputado Sebastião Rodrigues.

O Sr. Sebastião Rodrigues. — Gostaria de sugerir a V.Exa. porque acho que esta medida de Seguro Agrícola, é a coisa mais importante que já se propôs neste Estado. Talvez esteja analisando este problema à luz da região que represento nesta Casa, mas ousou afirmar que o interessante é de todo o Estado do Paraná e a medida é de suprema importância. Gostaria de sugerir a V.Exa. que propusesse à Casa, a formação de uma Comissão, de uma Comissão de poucos membros para, em breve espaço de tempo, propor ou endereçar à Mesa, o relatório da matéria. Esta Comissão, ouviria técnicos, deslocar-se-ia para São Paulo e examinaria as condições de seguro, e tentaria transpô-la para a situação do nosso Estado. Porque estou vindo do Sudoeste e pude ver que não só granizo mas também a geada, estão levando sérios prejuízos às lavouras do Sudoeste do Paraná, como ocorre aliás, anualmente. E a reivindicação dos agricultores, não é nada mais do que sementes para um novo plantio.

Embora V.Exa. tenha ressaltado que uma lavoura de trigo, prejudicada agora, na impossibilidade de ser replantada, nada impede, entretanto, que na restêva do trigo, se plante o soja, e o agricultor necessita desta semente selecionada. Então, acho que não devemos pretender o excessivo, eu digo excessivo, porque esta experiência do Seguro Agrícola já foi tentada, e eu como funcionário do Banco do Brasil inclusive, era uma das pessoas encarregadas de pôr em prática o Seguro Agrícola. Lamento ter que depor neste sentido, mas todo agricultor sabe, o Brasil inteiro sabe, que foi uma experiência negativa, talvez porisso aquela cautela com que o legislador paranaense tratou da matéria, chamando de plano experimental, porque já houve, neste sentido, mas era elevadamente pretenciosa e por isso malogrou. Não acredito sinceramente que nenhuma companhia de seguro, seja estatal ou sobretudo privada, tenha condições, apesar dos recursos que possa recolher, que possa in totum dar cobertura a esses sinistros. Acreditaria que estaríamos progredindo imensamente se conseguíssemos dar cobertura total a esses sinistros, indenizando os agricultores. Com referência à semente selecionada seria um progresso muito grande e estaríamos estimulando a que ele adquirisse sementes selecionadas, porque senão não teriam cobertura se não usassem sementes selecionadas, estaríamos estimulando o uso da melhor semente para a produção. Acho que o assunto é da maior importância, é um assunto muito sério e acredito que deva ser tratado com a maior urgência. Poderíamos constituir esta Comissão de dois ou três Deputados, Comissão mínima a fim de se deslocar, de ouvir, de colher elementos e elaborar, o mais breve possível, um relatório para esta Assembléia. Vejo com muita satisfação o propósito de V.Exa. e acredito mesmo que um estudo sério neste sentido deva ser feito e a efetivação deste estudo em lei. Teríamos com isto, só com este procedimento, justificada toda uma legislatura. Agradeço a V.Exa. a gentileza do aparte.

O SR. IVO TOMAZONI — Veja V.Exa. como alguns cuidados foram observados quando da discussão desta matéria, que eu quero crer tenha sido exaustivamente estudada. Eles permitem, as próprias apólices nos termos em que elas foram colocadas, permitem que determinada porcentagem fôsse, de-

terminada importância sobre porcentagem fossem seguradas. No caso específico do trigo, nobre Deputado, riscos cobertos a que já me referi, haveria certos estágios para serem cobertos os prejuízos pelo seguro. Vamos admitir do preparo do solo até o início da semeadura até 80% do valor da cultura; da semeadura até o início da colheita até 90%, e da colheita até a colheita, se a destruição vier, até 100%. É verdade que neste modelo de apólice de seguro, quero crer o seguro estaria bem mais, o segurado estaria bem mais onerado em função do valor mais alto que se deu a determinada cultura, ou aquela cultura segurada. Se nós pudessemos, como se pretendeu em São Paulo, e quero crer que eles estejam tendo sucesso, elaborar quadros e nestes quadros determinar a porcentagem; determinada cultura do trigo, por exemplo, primeiro mês do seu plantio se destruída até X por cento, do seu valor destruído, ao segundo mês X mais X por cento do seu valor. Estes elementos que estão me faltando, mas que eu sei estão sendo adotados no Estado de São Paulo e as informações que tenho, desde que a destruição se verifica, feito o levantamento pelas autoridades credenciadas, no caso pelos funcionários da Secretaria da Agricultura ou pelos departamentos afins, encaminhando o laudo agrícola agora num espaço menor que uma semana, cinco dias úteis, tem propiciado o reembolso das despesas.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado Ivo Tomazoni, não tive o prazer de ouvir seu pronunciamento desde o início, mas verifico que V. Exa. aborda um assunto que para o Estado do Paraná é de uma importância extraordinária. A indagação que eu gostaria de fazer, inclusive meu aparte tem, assim, duas fases. A primeira, é de que o seguro seria obrigatório, para todos os tipos de cultura?

O SR. IVO TOMAZONI — Nós temos, na Resolução, que o seguro seria obrigatório e facultativo; obrigatório, quando a cultura estivesse sendo coberta por financiamento feito por estabelecimentos de crédito para-estatal; ou no caso específico do Paraná, quando a Café do Paraná, que é o órgão encarregado da venda de sementes selecionadas, fizer esta venda a crédito, para receber na época da colheita; então haveria esta imposição do seguro obrigatório; do contrário o seguro seria facultativo.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite outro aparte? (Assentimento)

A meu ver, a Café do Paraná é um órgão técnico e ligado à agricultura no nosso Estado; o Estado do Paraná tem apresentado essa posição, podemos considerar nova, no setor agrícola, haja visto que, há bem pouco tempo, nós não tínhamos conhecimento da produção de trigo em nosso Estado. Entretanto, nestes últimos tempos, surge no Paraná uma cultura que vem ganhando uma posição extraordinária, que é o soja. Entretanto, veja, Sr. Deputado, que o Paraná, que já foi o grande produtor de algodão, ele vem perdendo a sua posição de uma maneira espetacular; e nós não temos ainda em nosso Estado, infelizmente, condições de servir ao nosso agricultor, quer seja ele de cultura branca ou quer ele seja de qualquer outro tipo de cultura, aquelas sementes em condições de produtividade. Nós não temos ainda órgãos e Departamentos que preparem a semente do algodão para poder fornecer ao cottonicultor aquela semente ideal; nós ainda importamos sementes de São Paulo.

Com relação ao soja, não temos também a semente ideal; ainda a semente plantada este ano, nós adquirimos no Rio Grande do Sul. Então, como V. Exa. bem já frisou, é extremamente complexa esta matéria; ela merece realmente um estudo profundo. Porque tenho a impressão que antes de exigir assim uma quota de seguros, haveria necessidade que o Estado fornecesse ao agricultor paranaense, a semente ideal para qualquer tipo de cultura e nós não temos ainda órgãos especializados; técnicos, à preparação, para fornecer então a semente ideal.

O SR. IVO TOMAZONI — Deputado Pinto Dias, o Deputado Sebastião Rodrigues há pouco se referiu que não só o granizo se tem abatido com prejuízos incalculáveis para a nossa lavoura; ainda na semana passada, completamente extemporânea na região, abateu-se uma geada que causou prejuízos há alguns anos, funcionando um Posto de revenda de sementes mantido pelo

Departamento de Extensão e Fomento da Secretaria da Agricultura e que, paralelamente, desenvolvia também a função de revendedor das sementes da Café do Paraná. Desde que estes funcionários não tinham ainda aquelas condições disciplinadas no Estatuto dos Funcionários Públicos, porque nem sequer contratados estavam pela C.L.T. a prestação de serviços era à conta de irrisória importância paga com verba de diárias etc.. No instante em que o Estado pretendeu corrigir este erro, está se vendo na contingência de fechar este Posto de venda de sementes, muito embora estejamos lutando para que seja mantido e se encontre solução mais urgente no sentido de manter os que existem e dissiminá-los nos demais Municípios que não dispõem. Em todos os Municípios não temos um vacinador normalmente contratado por qualquer órgão governamental. Hoje ainda os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que têm recursos, mínimos, na verdade, procuram, na medida do possível, manter um agrônomo. Quando não podem, mantêm um técnico agrícola, um vacinador, um prático que se abasteça no Posto de Venda da Secretaria da Agricultura, que procure atender, mas com aquele mínimo de condições, os que o procuram. Não temos estrutura, ainda, no Interior.

Quem sabe o brado de alerta, uma conscientização mais ampla dos homens que fazem Governo, ainda conseguiremos ver melhor atendida nossa população agrária e pecuária.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Justamente sobre este assunto a que V.Exa. faz menção no momento, que é a falta de estrutura, pretendia manifestar-me nesta sessão e estava inscrito no Grande Expediente. Todavia, a necessidade de colher mais elementos, determinou que transferisse minha fala para a próxima semana. A carência de estrutura é um fato. O pior é que, onde a estrutura existe, vem funcionando mal. Entendo que além do granizo, da geada, sem querer dar uma nota de humor ao pronunciamento de V.Exa., que é muito sério, deveria se inserir no Paraná, também, uma garantia, através de seguro, contra a Café do Paraná. Porque o que este Departamento tem feito em nossa região não tem incalculáveis a lavoura de feijão e do milho e, principalmente do soja, naquela região. E é verdade muitos dos agricultores sem recursos sequer para adquirir novas sementes e replantarem as suas lavouras.

Mas, Deputado Pinto Dias, estava a observar num dos gráficos que eu tenho em mãos, a maneira do que se pretende em São Paulo e se deve estar executando as ampliações complementares do desenvolvimento das culturas. É verdade que o Estado do Paraná nós não temos ainda esta estrutura agrícola de pessoal, sequer, no nosso Interior. Se V.Exa. perguntar hoje quantos veterinários para cuidarem das criações do nosso campo, na região, nós temos? Teria que responder que numa área coberta por 30 Municípios, o Sudoeste não conta com mais do que dois veterinários; um sediado em Palmas; outro sediado em Pato Branco e nenhum mais.

Os agrônomos que por ventura estejam prestando serviços no Sudoeste paranaense, todos eles, ou quase todos, estão no convênio Estado e Governo Federal, através de serviço mantido pela ACARPA. Mas ainda carecemos de uma estrutura melhor, mais digna, mas consentânea com a realidade de nosso Interior. Sempre que tenho a oportunidade de dialogar com o sr. Governador do Estado, tenho procurado fazer com que sinta a necessidade que temos de dotar a Secretaria da Agricultura e os seus Departamentos de pessoal, se não altamente especializado, pelo menos daquele pessoal de nível médio ou com conhecimentos técnicos agrícolas e veterinários.

Vejam o problema em nossa região. Coronel Vivida, por exemplo tinha, outra denominação, se não a de crime. Ainda agora, percorrendo todo o Sudoeste do Paraná, pude constatar, e não é esta a primeira vez, é repetição, já que a única lavoura de trigo que não produziu resultados foi a plantada pelas sementes fornecidas pela Café do Paraná.

O fato é muito grave, e a culpa é exclusiva desse órgão. Tanto assim que as Cooperativas foram buscar, no Rio Grande do Sul, sementes, se recusaram

a adquirir sementes da Café do Paraná. E as sementes que as cooperativas foram buscar deram resultado. Também as lavouras onde o triticultor plantou semente crioula, isto é, a semente produzida por ele mesmo, também deu resultado. E o levantamento que fiz é assustador. Em todo o Sudoeste do Paraná as lavouras de trigo plantadas pelas sementes fornecidas pela Café do Paraná, são todas frustradas.

E digo que não é esta a primeira vez, porque já ocorreu a tal ponto que o Banco do Brasil, há um ou dois anos passados, autorizou o financiamento da lavoura de trigo, como faz anualmente, desde que a semente não fosse vendida pela Café do Paraná, porque, ela comprou sementes de trigo de uma granja do Rio Grande do Sul que já havia sido descredenciada como vendedora de sementes selecionadas. E a Café do Paraná comprou daquela granja que havia sido objeto de dúvidas, inclusive que estava com ação em Juízo pelos prejuízos que havia causado aos lavradores do Rio Grande do Sul, pelo fornecimento de sementes que não apresentavam as condições que se exigem das sementes chamadas selecionadas.

Também pretendo tratar deste assunto na próxima segunda-feira, inclusive, pretendo pedir a constituição de uma Comissão para averiguar "in loco", porque acho que esses agricultores precisam ser indenizados dos prejuízos que a Café do Paraná causou a eles, vendendo sementes a título de selecionadas, em se tratando de sementes defeituosas.

Não tenho mais dúvidas disso, porque o fenômeno foi na região inteira. Vejam os srs. Deputados como é grave esta denúncia, foi só sementes fornecidas pela Café do Paraná, sementes que a Café do Paraná distribuiu como selecionadas, mas que haviam sido submetidas a um processo de secagem e perdeu a sua germinação em torno de sessenta por cento, porque o processo de secagem era defeituoso.

Ora, não podemos continuar assim. A Café do Paraná vende sementes defeituosas. Eu lá estive, e trouxe amostras do trigo de São Jorge do Oeste e de Tapejara do Oeste. E, inclusive, gente da Café do Paraná já andou querendo aquitar os triticultores, propondo a trocar as sementes por outras de soja. Então, existe algo de errado. A Café do Paraná é um órgão, que possui estrutura com condições para atender bem e não está atendendo. Resta saber as razões porque está acontecendo, e insiste em não comprar sementes daquelas granjas tradicionais que fornecem, inclusive, sementes às cooperativas do Rio Grande do Sul e às paranaenses.

Pretendo tratar disso na próxima semana e fazê-lo em tom de denúncia, porque, repito, vamos apurar essas irregularidades, apurar o que se passou com as sementes que a Café do Paraná distribuiu.

O SR. IVO TOMAZONI — Deputado Sebastião Rodrigues, V. Exa., não pode esquecer de uma verdade: a Café do Paraná tem, em determinadas épocas, somos testemunhas, V. Exa. e eu, fornecido sementes de alto teor germinativo.

Agora, é preciso que se observe que todas as sementes fornecidas pela Café do Paraná foram adquiridas em Carazinho, Rio Grande do Sul, e Passo Fundo, e de teor germinativo extraordinário. Duas variedades, principalmente, delas. Ocorre, sr. Deputado, que, em determinadas safras, isto ocorreu este ano e em 65, quando tivemos, principalmente, no distrito de Independência, Pato Branco, o plantio de sementes vendidas pela Café do Paraná germinou apenas 20%, perdendo-se 80%. O que ocorre é que a Café do Paraná tem feito previsões de determinadas quantidades de sementes a ser aplicadas.

Dentro dessa previsão adquire a semente armazenada, quase sempre em armazéns da COPASA, muito bem guardadas, e vende. Quando se aproxima a época do término do plantio, a Café do Paraná observa que falta semente, e então, há o desespero daquela Companhia, em procurar sementes e sai a comprar sementes e onde encontra, adquire.

É até normal, Sr. Deputado, que com a pressa, com a vontade de servir, tenha adquirido algumas partidas de baixo teor germinativo, ou às vezes, no

caso dêste ano, houve germinação, mas não houve floração. Visitei as lavouras e quero prestar meu testemunho. Dá o que o nosso colono chama de "carvãozinho", ao invés de espigar. Dá um carvão.

A Café do Paraná tem conhecimento disso e posso adiantar a V. Exa., já fez os levantamentos e está procurando a maneira mais humana de resolver. Sabemos, cabe culpa a Café do Paraná, em ter vendido sementes que mesmo tendo germinado — e as lavouras germinaram com uma beleza de verde — nada produziram, porque no encacho, deu carvão, houve até quem acreditasse numa praga que tivesse se abatido no trigo.

O Sr. Sebastião Rodrigues — Só no trigo da Café do Paraná.

O SR. IVO TOMAZONI — Perfeitamente, só numa partida, porque a semente vendida na época certa, germinou de uma maneira extraordinária e produziu bem. Posso testemunhar a V. Exa., porque vi algumas lavouras de Santa Isabel do Oeste, Coronel Vivida, Barracão e também Francisco Beltrão. Houve uma última partida de sementes, vendidas pela Café do Paraná, adquiridas com muita pressa, para suprir a falta de sementes, que germinou mas não produziu.

O Sr. Sebastião Rodrigues — Lamentavelmente, nobre Deputado, se V. Exa. permitir o aparte, com a permissão do Deputado Pinto Dias, gostaria de dizer a V. Exa., que tem que ser apurada a responsabilidade desses acontecimentos. Não é a primeira, nem a segunda vez, é mais do que isso, já aconteceu pela terceira ou quarta vez, e o problema sério é que a Café do Paraná não está prejudicando só o presente da agricultura no Sudoeste, mas está prejudicando o futuro, porque o Governo faz uma legislação dizendo de que os organismos de crédito só podem financiar as lavouras, se forem plantadas com sementes selecionadas. Então, os estabelecimentos de crédito, o Banco do Brasil e o Banco do Paraná, obrigam o agricultor a adquirir sementes selecionadas para obter financiamento. Então, o que é que ocorre, o agricultor vai, adquire a semente selecionada, ela não produz e ele se recusa a ir buscar o financiamento no outro ano, porque está tendo sério prejuízo. Então, toda aquela estrutura de crédito tem sido prejudicada e tem sido debitada a essas estruturas de crédito, as deficiências da Café do Paraná, porque o agricultor diz o seguinte: Ah! O Banco do Estado me fez comprar as sementes selecionadas, e não deu nada. O Banco do Brasil me fez comprar sementes selecionadas e não deu nada. Então, a Café do Paraná está prejudicando a própria política do Governo, pois, o agricultor, hoje, prefere plantar as sementes que ele colheu no ano passado, que não é semente selecionada, aí invés de ir buscar a semente selecionada na Café do Paraná. Eu mesmo, no Banco do Brasil, para estimular o plantio da semente selecionada, lançava aos agricultores o seguinte desafio: vocês não querem a semente selecionada, porque é muito cara — ouvia constantemente essa ponderação — então vão plantar um saco da semente que vocês colheram e um saco da semente selecionada e depois vamos comparar. Depois eles mesmos iam ao Banco, à Gerência, e me convidavam para ver suas lavouras: aquela, plantei com a semente que o senhor falou, não deu nada, esta aqui plantei com a minha semente, um alqueire de lavoura bonita. Isso vem ocorrendo repetidas vezes. Há alguém dentro da Café do Paraná, que precisa ser punido. Há alguém, não resta dúvida, responsável pela repetição desse fato. Nós precisamos discutir isso de forma aberta, para que a Café do Paraná tenha sobre si a atenção do povo, a atenção dos agricultores. Não podemos deixar esse assunto sem solução, porque ela voltará no próximo ano com nova carga de prejuízos para os agricultores do Paraná. Vejo com satisfação que V. Exa. está muito a par do problema, o que não é de estranhar, porque V. Exa., é um homem ligado à região, que lá está constantemente, e aquilo que por lá eu escuto, V. Exa. naturalmente também o faz e estaremos unidos, tenho certeza, em busca dos esclarecimentos da situação que a Café do Paraná determinou naquela região, com a distribuição dessa partida de sementes. Tratarei do assunto na próxima semana e tenho certeza contarei com o apoio de V.

Exa. na averiguação dos prejuízos que a Café do Paraná determinou naquela região. Muito obrigado a V.Exa..

Muito obrigado.

O SR. IVO TOMAZONI — Estamos com o tempo esgotado.

Concedo aparte ao nobre Deputado Pinto Dias e, sem querer ser irreverente solicito ao Sr. Deputado que seja breve; a fim de que eu possa concluir dentro do horário regimental.

O Sr. Pinto Dias — Eu não tenho dúvida nenhuma do empenho e do grande interesse que o Governador Haroldo Leon Peres tem, em dar à agricultura paranaense aquela posição que ela realmente deseja; entretanto, o meu testemunho com relação a Café do Paraná é que ela tem sido altamente negativa para a agricultura paranaense. Este é o meu conceito com relação à Café do Paraná. Tenho conversado com Sua Excelência e, dentro das minhas possibilidades, dos meus, modestíssimos conhecimentos sobre agricultura, sinto no Governador Haroldo Leon Peres o desejo profundo de acertar e de atualizar; entretanto, no meu entender, a Café do Paraná não tem sido feliz na minha região.

No ano passado, teve um departamento de financiamento para o soja, através do Banco do Estado, do Banco do Brasil, cujo financiamento só poderia ser concretizado se a semente do soja fôsse fornecido pela Café do Paraná. Veja V.Exa. o que vou depôr neste instante:

O agricultor, quando ele prepara a terra para o cultivo, ele tem um prazo para botar a semente no solo; ele preparou a terra, com todas aquelas despesas caríssimas de preparação, e na época do plantio ele não tinha a semente porque a Café do Paraná não podia fornecê-la; veio uma nova preparação do solo, porque a terra é fértil e o mato vem; preparou-se novamente o solo, a Café do Paraná não teve semente de soja para fornecer ao plantador de soja; perdeu ele três preparações de solo, na terceira ele conseguiu a semente e a semente foi altamente negativa. Resultado: não pôde nem pagar o financiamento!

Aí é que abordamos o problema anterior, que, na minha opinião, a carência que a agricultura tem, não é bem de seguro, mas sim, é de uma orientação técnica.

Então o meu conceito com relação à Café do Paraná é quase que o

Pretendo também trazer, já estou elaborando uma sugestão ao Governador, porque o Paraná hoje tem Cooperativas extraordinárias, em todas as regiões, tem Cooperativas de Plantadores de Trigo, de Soja, de Café, de Algodão, Cooperativas que servem de exemplo. Nós temos uma Cooperativa em Nova Londrina, que tem mais de 500 cooperados. É uma Cooperativa espetacular! A nossa intenção é que o Governo, através das suas estruturas, possa dar mais amparo às Cooperativas, dar mais amparo técnico, dar mais amparo de financiamento, e tirar a Café do Paraná dessa posição que está hoje, porque na minha opinião, a não ser que ela sofra uma transformação quase que total, até hoje ela não tem correspondido àquele espírito com que foi criada há 10 anos atrás.

O SR. IVO TOMAZONI — Estou encerrando.

Apenas para comunicar de que no que se refere às Cooperativas do Interior do Estado, o Governador Haroldo Leon Peres já está desenvolvendo um trabalho, de comum acordo com o INCRA, a Secretaria da Agricultura e ACARPA — na minha região em especial — e o que é importante, as Cooperativas estão construindo seus armazéns, financiando as lavouras, atribuindo-se a responsabilidade do aval creditício, com uma honestidade digna de nota.

Mas quero dizer que, além da concordar...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que está esgotado o tempo que S.Exa. tinha para usar da palavra.

O SR. IVO TOMAZONI — Muto obrigado. (Sem revisão do Orador3.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 61-70, de autoria do Dep. Sílvio Barros, que autoriza o Poder Executivo com apoio no art. 125, inciso 7.º da Constituição Estadual, doar um Gabinete Dentário ao Sindicato dos Arrumadores da cidade de Maringá. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 29-71, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, transfere para a responsabilidade do D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município Primeiro de Maio a Sertanópolis. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 78-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder, através da Secretaria dos Transportes, ao revestimento asfáltico da rodovia Arapongas-Astorga-Santa Fé-Colorado. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo estender da sede do Município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão do Rocha, uma linha de Força e Luz Elétrica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada para ligar a sede do Município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão do Rocha — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Vitorino, um Motor e um Trator conforme especifica, pertencentes ao D.A.T.M. — parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158-70, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública, a Fundação Universidade Estadual de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 158/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica considerada como de Utilidade Pública a Fundação Universidade Estadual de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de julho de 1970.

(a) Dep. Olavo Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Estadual de Londrina é a resultante da incorporação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, Faculdade de Direito de Londrina, Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, Faculdade de Medicina do Norte do Paraná e Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina. Apesar da Universidade ter sido recentemente criada como um organismo centralizador, os seus membros, já existiam há muito. As Faculdades de Filosofia, Direito e Odontologia, funcionam há mais de 10 anos. A Faculdade de Medicina funciona há 4 anos e a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis há 2 anos. Diante disso não se pode dizer que a Fundação Universidade de Londrina seja uma entidade nova, recentemente criada. De Direito, ela é nova; mas, de fato, a Universidade tem muitos anos e surgiu com o resultado dos excelentes trabalhos desenvolvidos no campo do ensino superior.

A Fundação Universidade Estadual de Londrina, tem autonomia didático-científico, financeira, administrativa e disciplinar.

Se analisarmos a Fundação, como pessoa jurídica, notaremos que ela apesar de ser instituída pelo Poder Público, é uma Entidade de natureza privada, consoante se depreende inclusive do Decreto-Lei n.º 200, de 1967, através o qual a União resolveu reorganizar o serviço público e as entidades a ela vinculadas, direta ou indiretamente.

Destarte, a Fundação Universidade Estadual de Londrina deve envidar todos os esforços para obter os benefícios e vantagens outorgados por Lei, como qualquer empresa privada faria.

Faz-se necessário pois, que a Entidade seja declarada como de Utilidade Pública por lei estadual, razão pela qual esperamos o apoio de nossos Pares para o presente Projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 158/70

Autor: Dep. Olavo Ferreira.

Súmula: "Declara de Utilidade Pública a Fundação Universidade Estadual de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome".

P A R E C E R

1.) Objetiva a Proposição de autoria do nobre Deputado Olavo Ferreira, declarar de Utilidade Pública a Fundação Universidade Estadual de Londrina, com sede na cidade que lhe empresta o nome.

2.) Da análise do respectivo processo, verifica-se que foram preenchidos todos os requisitos reclamados em lei. Por outro lado, referido Projeto não fere qualquer preceito de ordem constitucional ou legal. Quanto ao aspecto de sua oportunidade, convence-nos, plenamente, a justificativa de seu ilustre Autor.

3.) Em face de tais considerações, somos pela sua aprovação. S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em outubro de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza

Cândido Martins de Oliveira

Acyr José

Emílio Carazzai

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 233-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Primeiro de Maio, para efeito de construção do Posto de Puericultura, o terreno que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 233/70

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Primeiro de Maio, para efeito de construção do Posto de Puericultura, o terreno com a área de 1.680,00 m², constante das datas n.ºs. 18, 19 e 20 da quadra n.º 54, da Vila Progresso, daquele Município, confrontando por um lado, em 40,00 m, com a rua 1; por outro lado, em 42,00m, com as datas n.ºs 15, 16 e 17 da mesma quadra; por outro lado, em 40,00m, com a data n.º 21, e, finalmente, por outro lado, em 42,00m, com a rua 20.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1970.

JUSTIFICATIVA:

A destinação do imóvel, que se pretende doar ao Município de Primeiro de Maio, por si só justifica plenamente este projeto. Pelo interesse público de que se reveste qual seja o da saúde do povo daquela comuna, estamos certos de que esta Casa, na sua alta sabedoria, haverá de aprová-lo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei N.º 233/70

Súmula: Autoriza doação de um terreno ao Município de Primeiro de Maio.

Autor: Dep. Túlio Vargas.

P A R E C E R

1) — O Projeto autoriza o Poder Executivo a fazer doação ao Município de Primeiro de Maio, de uma área de 1.680 metros quadrados, constantes das datas números 18, 19 e 20, da quadra n.º 54, da Vila Progresso, daquele Município, para fins de construção de um posto de puericultura.

2) — A Constituição Estadual (art. 21, IX, letra c) dá ao projeto perfeita base legal, daí opinarmos pela sua aprovação.

E o parecer.

S.M.J.,

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1971

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Gilberto Carvalho

Emílio Carazzini

Igo Losso

Arthur de Souza

Cândido Martins de Oliveira

Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 233/70

I — De autoria do ex-Deputado Túlio Vargas, o plano de lei em exame autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Primeiro de Maio, um terreno com área de 1.680 m², para construção do Posto de Puericultura.

II — Tratando-se de mera autorização legislativa, nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1971.

(aa) Arizone Araújo — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Santos Lima

Sebastião Rodrigues Júnior

Marciano Baraniuk

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 73-71 — aprova a Reso-

lução n.º 6-71, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que alterou o Convênio pelo qual foi criado o Sistema CODESUL-BRDE. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17/71

Súmula: Aprova alteração do Convênio que criou o Sistema CODESUL-BRDE. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica aprovada a Resolução n.º 6-71, de 08 de julho de 1971, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que aprovou alterações ao Convênio de Curitiba, celebrado em 15 de junho de 1961, pelo qual foi criado o Sistema CODESUL-BRDE.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em outubro de 1971.

(aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Igo Losso — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 73/71

Autor: Poder Executivo.

Súmula: Oriundo de Mensagem Governamental 21/71, que encaminha cópia da Resolução 6/71, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, na forma e como especifica.

P A R E C E R

1) A Proposição supra referida tem suas raízes na Mensagem Governamental n.º 21-71, de 09 de agosto do corrente ano, a qual encaminha à apreciação desta Assembleia cópia autêntica da Resolução n.º 6-71, de 08 de julho de 1971, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que aprova alteração ao Convênio de Curitiba, celebrado em 15 de julho de 1971, pelo qual foi criado o Sistema Codesul-BRDE.

2) Na forma em que dispõe o inciso VII, art. 22, da Emenda Constitucional n.º 3, isto é, em decorrência da redação que lhe fôra dada por essa Emenda Constitucional, a esta Casa cabe competência para aprovar convênios dessa natureza.

3) A manifestação da Assembleia em matéria como esta se faz através de Projeto de Resolução que segue em separado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971

(aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Igo Losso — Relator

Emílio Carazzai

Arthur de Souza

Acyr José

Cândido Martins de Oliveira

MENSAGEM N.º 21/71

Curitiba, 9 de agosto de 1971.

Proposição n.º 73/71

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica da Resolução n.º 6-71, de 8 de julho de 1971, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que aprova alteração ao Convênio de Curitiba, celebrado em 15 de junho de 1961, pelo qual foi criado o Sistema CODESUL - BRDE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **HAROLDO LEON PERES**

Governador do Estado

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
— C O D E S U L —
RESOLUÇÃO N.º 6/71

Aprova alteração no Convênio.

O Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, reunido em Florianópolis, resolve, na forma do artigo 46 do Sistema CODESUL — BRDE e “ad referendum” das Assembleias Legislativas dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, e Santa Catarina.

1.º — Aprovar a alteração do Convênio que criou o Sistema CODESUL — BRDE, que a esta acompanha.

2.º — A alteração aprovada, nesta reunião, será submetida à deliberação dos órgãos legislativos dos Estados integrantes do Convênio.

Florianópolis, 8 de julho de 1971.

Governador — Euclides Triches

Governador — Haroldo Leon Peres

Governador — Colombo Machado Salles

PROJETO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE CONVÊNIO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul

O Governo do Estado de Santa Catarina e

O Governo do Estado do Paraná

Reconhecendo a necessidade de retificar e ratificar o Convênio de Curitiba, firmado em 15 de junho de 1961, que criou o Sistema CODESUL — BRDE, resolvem:

Art. 1.º — O art. 25 do Convênio de Curitiba, firmado em 15 de junho de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25 — A Junta de Administração será constituída de quinze membros:

a) a Diretoria do BRDE;

b) três representantes do Governo Federal, e seus suplentes, com residência em cada um dos Estados, a serem designados pelo Presidente da República;

c) dois representantes de cada Estado e seus suplentes;

d) O Secretário Executivo do CODESUL.

§ 1.º — A presidência da junta será exercida pelo Diretor Presidente do Banco.

§ 2.º — Os representantes dos Estados, e seus suplentes, serão designados pelos respectivos Governadores, devendo provir da iniciativa privada e de órgãos de desenvolvimento estadual”.

Art. 2.º — O § 1.º e o § 2.º do art. 28 do referido Convênio passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 1.º — A Junta deliberará com o quorum mínimo de oito membros.

§ 2.º — O Presidente da Junta terá voto de qualidade.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO QUE CRIOU O CODESUL E O BRDE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O convênio que criou o CODESUL e o BRDE prescreve, atualmente, que a Junta de Administração do BRDE seja constituída de onze membros, o Diretor Presidente do Banco, três representantes do Governo Federal, dois representantes do Governo de cada Estado e o Secretário Executivo do CODESUL com a competência estabelecida pelo mesmo diploma.

Além das atribuições características de alta administração, o órgão desempenha outras de cunho predominantemente executivo. Como exemplos, podemos citar a fixação e modificação das taxas de juros ou depósitos, bem como a deliberação sobre operações que elevam a responsabilidade de um cliente acima dos limites fixados pela Diretoria e a autorização para renúncia de direitos, transações e compromissos.

Tais atribuições conferem à Junta de Administração, ingerência em negócios tipicamente executivos e rotineiros, vinculados à ação da Diretoria, Con-

siderando o elenco dos componentes do colegiado administrativo percebe-se que a quase totalidade de seus membros não têm vivência efetiva e diuturna no Banco, de vez que o regime legal ora em vigor, não lhes impõe uma aproximação que, aliás, não seria exigível nem viável em se tratando de pessoas com participação intensa noutros setores de atividades.

É aconselhável que seja minimizada a distância funcional entre os núcleos administrativos e executivo de autoridade, visando ao mais estreito contato entre os respectivos representantes, o que virá beneficiar a estrutura operacional do Banco, através da mais fácil comunicação e do melhor dinamismo. A composição da Junta de Administração deverá pois, abranger elementos que atuem no Banco, com presença imediata e contínua, amplamente informados das atividades externa e interna da instituição.

Diante do exposto, propõe-se que passe a fazer parte da Junta de Administração a totalidade da Diretoria do BRDE, ficando o órgão composto de quinze membros outorgando-se ao Presidente voto de qualidade.

A mudança acima sugerida não só se recomenda pela Justificação acima, como também identifica-se com precedentes firmados nos demais organismos congêneres. A propósito mencionaremos apenas os casos do Banco da Amazônia S.A., Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., e Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S.A., entidades cujos estatutos prevêm a participação das Diretorias nos Conselhos de Administração Superior.

O SR. PRESIDENTE — Requerimentos de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constantes do Expediente, solicitando regime de urgência para diversos Projetos de Lei. — **Aprovados.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja designado um representante deste Poder, para de Lei n.º 232-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 14-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando sejadesignado um representante deste Poder, para participar das festividades alusivas ao Trigo, a serem comemoradas na cidade de Guarapuava. — **Aprovado.** A Presidência designa o Sr. Deputado Nivaldo Krüger para representar a Casa, sem ônus.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de serem determinadas providências junto à Secretaria de Educação e Cultura, para serem corrigidas distorções na execução do programa de Ensino Primário e do Ginásio Agrícola, no distrito de Entre Rios, na área da Cooperativa Central Agrária Ltda. Em discussão.

O SR. PINTO DIAS — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do requerimento para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de autorizar a instalação de uma Agência do referido estabelecimento bancário, no Município de Miraselva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, pelo pronto atendimento às Inspetorias Regionais de Ensino do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, e outros, constante do Expediente, solicitando seja transmitido telefonema oficial, ainda hoje, ao Sr. Presidente do Instituto do Café, no sentido de que os armazéns vasilos do I.B.C., sejam colocados à disposição dos cafeicultores. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato e outros, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido de que o I.B.C. coloque à disposição dos cafeicultores, cooperativas, maquinistas e Companhias de Armazéns Gerais, seus armazéns que estão vazios ou com espaço disponível, pois em plena safra do café, não há mais armazéns gerais particulares para depósito de cafés beneficiados. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que determine providências, a fim de que sejam construídos grupos escolares nas localidades de Samambaia, Jordãozinho, Vitória, Socorro e Cachoeira, no distrito de Entre Rios, Município de Guaruapuava. — Em discussão.

O SR. PINTO DIAS — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do requerimento para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, no sentido da instalação de uma Agência de Rendas no Distrito de Vila Alta, Município de Umuarama. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Chanceler Willy Brand, da República Federal da Alemanha. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA :

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nrs.: 94-69 — 195-69 — 71-70 — 102-70 — 114-70 — 196-70 — 210-70 — 42-71 — 44-71 — 50-71 — 100-71 — 232-71.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES :

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 31.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata de reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Senhor Deputado Maurício Fruet apresentou Redação Final aos seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 269-70 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 34-70, que autoriza o Poder Executivo a permutar parte do lote de terreno n.º 125, pelo lote n.º 8, de propriedade do Sr. Armando José Prado de Paiva, na forma que especifica. PROJETO DE LEI N.º 239-70 — de autoria do Senhor Deputado Pinto Dias, que cria uma Escola Comercial Estadual, no Município de Terra Rica, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 16-71 — de autoria do Senhor Deputado Guiulise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo transferir a responsabilidade do D.E.R., a conservação das estradas Astorga-Jaguapitã, passando pelos Distritos que especifica. PROJETO DE LEI N.º 37-71 — de autoria do Senhor Deputado Igo Losso, que autoriza o Poder

Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Palmiro Ferreira Borges. PROJETO DE LEI N.º 77-71 — de autoria do Senhor Deputado Guielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder aos serviços de ampliação do prédio do Grupo Escolar Pietro Martinez, com sede nesta Capital. — APROVADAS. — Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Cândido Manoel Martins de Oliveira — Presidente
Lélio Guimarães Setto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 16-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a transferir para a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a conservação das estradas Astorga-Jaguapitã, passando pelo Distrito de Içara, e Astorga-Santa Fé-Nossa Senhora das Graças, Colorado, passando pelos Distritos de Santa Zélia e Fernão Dias.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 1971.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Pinto Dias — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 37-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ancião Palmiro Ferreira Borges.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei, correrá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 1971.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Pinto Dias — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 77-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos serviços de ampliação do prédio do Grupo Escolar Pietro Martinez, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 1971.

Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Pinto Dias — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 239-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Terra Rica, uma Escola Técnica de Comércio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 1971.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Pinto Dias — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 269-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, nos termos desta Lei e mediante prévia avaliação, autorizado a permutar parte do lote de terreno n.º 125, da quadra 14, com 10,00 metros de frente para a rua Quintino Bocaiuva, com a área de 400,00 metros quadrados, situado na cidade de Cornélio Procopio, de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 16.512, do livro 3-N, do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cornélio Procopio, pelo lote n.º 3, da quadra n.º 224, com 12,00 metros de frente e 312,00 metros quadrados de área, situado na Praça do Estudante, da mesma cidade, lote este de propriedade do Senhor Armando José Prado de Paiva, conforme transcrição n.º 2.045, do livro 3-4, do 1.º Ofício do Registro de Imóveis da referida Comarca.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 1971.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Pinto Dias — Relator

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 196.^a Sessão Ordinária
Realizada em 22 de outubro de 1971 — (Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Quielise Crisóstomo e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Wilson Brandão (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Brandão, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Francisco Escorsin, Lázaro Brandão e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ADIB RACHID, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

Da decisão desta Casa requer, ainda, seja dado conhecimento à família enlutada, à Avenida Cândido Hartmann, 510.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1971.

(a) — João Mansur

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente requer, após ouvido o Plenário, que se consigne nas Atas dos nossos trabalhos, um voto de congratulações ao Senhor Carlos Venâncio e demais companheiros de Diretoria, que brilhantemente venceram as eleições no Sindicato dos Estivadores de Paranaguá.

Que se dê conhecimento do teor ao Presidente eleito, Senhor Carlos Venâncio, na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1971.

(a) — Nelson Buffara